

SILVA, Maria Ozamira da Silva e. **Refletindo a pesquisa participante.** São Paulo, Cortez, 1986. 168p.

Será que a pesquisa social baseada no enfoque positivista está ficando obsoleta? Aquela em que o pesquisador deveria se colocar em posição neutra frente a problemática analisada e só tirar conclusões a partir de uma sólida evidência empírica apresentada?

Há algumas linhas de pensamento que afirmam que sim. Nos anos recentes, especialmente de 1980 para cá, tem surgido um número crescente de trabalhos que falam sobre uma modalidade diferenciada de pesquisa, chamada, às vezes, indistintamente de participante, participativa, investigação-ação, pesquisa-ação, investigação participativa, observação participante, investigação militante, auto-senso, estudo-ação ou, ainda, pesquisa confronto.

A polêmica ficou então aberta. Assim, uma série de encontros, seminários (inclusive um Seminário Nacional de Pesquisa Participante, realizado em Brasília, 1985, sob o patrocínio do INEP) e publicações têm sido destinados a abordar e discutir este controvertido assunto. Para alguns, a pesquisa participante não seria senão uma nova "onda passageira" das ciências sociais; para outros, era preciso o desenvolvimento de novas produções teórico-práticas, com estilos participativos de investigação, que superassem as deficiências e limitações do modelo positivista de ciência, pautado pelas ciências físicas e naturais e caracterizado pelo rigor científico, a objetividade e a neutralidade. No seu livro, da Silva e Silva tenta se posicionar frente a esta discussão. O primeiro capítulo traz a análise crítica do modelo positivista da ciência e os fundamentos que norteiam o emergir dos estilos participativos de pesquisa. O segundo capítulo discorre sobre o posicionamento de diversos autores (dentre os quais, Pedro Demo, cujas afirmações a autora discorda, às vezes, radicalmente) frente a diversos aspectos centrais da pesquisa participante: crítica ao modelo positivista; visão conceitual e caracterização das

diversas propostas apresentadas; intencionalidade e objetivos a que se propõem; as diferentes modalidades de pesquisa participativa; a sua fundamentação teórica; e propostas metodológicas utilizadas e análise da participação enquanto aspecto central dos modelos participativos de pesquisa. O terceiro e último capítulo traz uma síntese, elaborada a partir do posicionamento de diversos autores e da própria prática e reflexões da autora.

Os enfoques participativos de pesquisa são relativamente recentes, embora, na área educacional, Paulo Freire, já nos anos 60, iniciara estudos pioneiros utilizando metodologias inovadoras. Estas novas metodologias surgiram seja porque o referencial teórico-filosófico em que se baseavam opunha-se radicalmente às concepções clássicas de ciência e do papel das ciências sociais, seja porque surgia, em alguns, um sentimento de frustração frente à pesquisa experimental devido à excessiva simplificação da realidade, mediante utilização de métodos inconsistentes em relação às características da população estudada.

Toda a obra de Paulo Freire, por exemplo, que pode ser caracterizada como sendo de índole participativa, emana de concepções particulares do homem, do mundo e liberdade, da educação, da conscientização e do diálogo.

A proposta de pesquisa de da Silva e Silva se orienta em apoio aos movimentos sociais populares. Ela está ciente das observações que alguns analistas fazem da pesquisa participante, em particular, aquelas referentes à fragilidade metodológica e as da sua identificação com posturas meramente ativistas. A linha de raciocínio empregada pela autora, na elaboração de um esboço de proposta de pesquisa em apoio aos movimentos sociais populares, seria a seguinte:

A primeira constatação é a de que a ciência e o trabalho científico apresentam uma nítida conotação de classe, quer dizer, as análises da socie-

dade sempre se pautam por uma determinada visão do mundo, interpretações que se fazem a partir de um posicionamento definido e não por um distanciamento neutro.

Aliás, nos lembra a autora, esta neutralidade assumida, traço do racionalismo nas ciências sociais, foi instrumento necessário na desmistificação do feudalismo enquanto ordem social reinante. Só que, uma vez o poder conquistado, o instrumental da experimentação mostra-se incapaz de captar a situação real em que vivem os setores subalternos, isolados dos benefícios da sociedade e dos processos de decisão social. Assim, é necessária a construção de um paradigma científico que sirva aos interesses dos grupos sociais subalternos — da classe social dominada, a quem interessa subverter a ordem.

E é aqui que vem a crítica da autora aos modelos participativos de pesquisa. O problema, segundo ela, é que o qualificativo de participante se refere meramente à questão da participação popular na pesquisa e da participação da pesquisa num projeto popular. Para a autora, o essencial não é apenas que a pesquisa se origine das questões populares, mas também que os seus resultados sirvam para instrumentalizar a luta no sentido de denunciar as condições de opressão e de exploração e de se orientar na direção de uma ruptura com o **status quo**. Diz ela que o qualificativo de participante se referiu, até hoje, muito mais a uma postura do pesquisador, a sua intenção de reverter o seu trabalho científico a serviço dos setores oprimidos, do que propriamente a uma metodologia de pesquisa.

Uma proposta de pesquisa em apoio aos movimentos sociais populares requer uma opção teórico-metodológica, ideológica e também política. Para a autora, o referencial teórico e a proposta metodológica mais adequados para esta proposta seriam o materialismo histórico e o método dialético. Para isto, precisa-se de uma nova compreensão do processo de produção do conhecimento, nova postura, conduta e forma de ser e pensar do pesquisador.

Aliás, como nos lembra a autora, Marx, já no século passado, preconizava, na sua 11ª tese contra Feuerbach, que os filósofos se limitavam a in-

terpretar o mundo de diferentes maneiras, mas que o importante era transformá-lo.

Resumindo, a ciência tem um caráter histórico, já que os modelos científicos de uma época determinada estão socialmente condicionados, devendo as idéias e teorias serem relacionadas com sua formação sócio-histórica: o enraizamento sócio-político condiciona, inevitavelmente, toda produção científica e ideológica. Mas, além disto, há de se considerar que o conhecimento da realidade só é plenamente acessível a partir de uma prática social transformadora, o que implica uma opção epistemológica e, ao mesmo tempo, ética. Epistemológica, na medida em que a opção é de classe na produção do conhecimento científico, não se podendo separar conhecimento de ideologia. Por outro lado, não existe separação entre teoria e prática e, afastando-se da escola de Paulo Freire, nem primazia do sujeito sobre o objeto, nem do objeto sobre o sujeito, pois ambos são partes constitutivas do mesmo processo histórico-social. Nessa perspectiva, a proposta da autora não significa nem ativismo, nem improvisação, pois parte do entendimento de que a realidade social não é algo estático, mas que se cria e recria, transformando-se em incessante movimento.

Além da noção de historicidade e de mutabilidade da realidade social, o método dialético contém mais dois outros elementos essenciais: a totalidade, quer dizer, a percepção da realidade como um todo orgânico e estruturado e a contradição, segundo o qual a realidade social é constituída de unidades de opostos e que a análise dialética é sempre uma análise das contradições internas da realidade.

A autora não chega a propor nenhum instrumental técnico específico condizente com a sua proposta, mesmo porque o instrumental metodológico utilizado não se define por si, mas pela intencionalidade e pelo corpo teórico que fundamenta a atividade de pesquisa. Admite ela ser possível o uso de instrumentos como o questionário, a entrevista e outras técnicas quantitativas utilizadas pelas pesquisas empíricas. O essencial seria conferir a essas técnicas um novo significado, assim como flexibilidade suficiente para transformá-las em instrumentos políticos a serviço do projeto das classes populares.

Fica assim traçado o marco teórico e metoalógico da proposta feita pela autora, como uma contribuição ao aspecto que diversos analistas apontam como debilidade dos modelos participativos de pesquisa. Ao finalizar, a autora discorre rapidamente sobre algumas questões que serviriam de acabamento a sua proposta. Estas questões são: a relação teoria e prática, a participação, a organização popular, a relação pesquisador-pesquisado e a interpretação do que seja transformação social.

Sobre a relação teoria e prática: esta não pode ser encarada de maneira simplista, mecânica, nem direta, podendo passar-se da teoria à prática ou vice-versa. A prática tem primazia sobre a teoria, o que não significa uma contraposição nem anulação, mas uma unidade, uma dependência recíproca e complementar. Daí surge o conceito de práxis, que é uma atividade teórico-prática, na qual os dois elementos (teoria e prática) só se separam um do outro por abstração. Assim, trata-se de uma práxis humana total, enquanto atividade objetiva transformadora da realidade natural e social.

Sobre a participação: existem três ângulos, conforme se trate da participação da pesquisa no projeto popular, da participação dos setores populares na pesquisa e da participação do pesquisador no projeto popular, numa ação conjunta com estas populações. Quanto ao primeiro aspecto, trata-se de uma opção individual: uma decisão que cada pesquisador poderá fazer conscientemente, aderindo ou não ao projeto das classes populares, o que não significa que esse projeto deva ser imposto por intelectuais. No tocante ao segundo aspecto, trata-se de um assunto complexo, com limites conjunturais e estruturais pois, como o pesquisador, a população também é marcada pelos traços elitistas, autoritários e paternalistas. Concordando com Carlos Brandão, afirma a autora que o importante é desenvolver uma participação ativa e responsável em todas as esferas da vida social e, se possível e conveniente, também na pesquisa. Por último, sobre a participação do pesquisador no projeto popular, a autora concorda com outros analistas no sentido de que esta participação não significa a transformação do pesquisador num trabalhador de fábrica ou num favelado, pois nas lutas populares há sempre um espaço para os intelectuais, técnicos e cientistas.

Sobre a organização popular: a autora rejeita organizações burocratizadas ou institucionalizadas que dificultam o processo participativo. A organização deve ser democrática, permitindo um fluxo aberto entre dirigentes e bases. A organização servirá, assim, como instância mediadora que propicia uma relação adequada entre pesquisa e ação. Sendo assim, a pesquisa participante não irá permitir que a ação se reduza a uma mera tática manipulativa, em mero ativismo ou numa prática teórica vazia.

Sobre a relação pesquisador-pesquisado: existem grandes distâncias entre o mundo do pesquisador e o mundo do pesquisado, com condições de vida, experiência, códigos específicos de comunicação e maneiras de conceber o mundo diferentes. A autora comunga com o conceito gramsciano de intelectual orgânico, como forma de superar o distanciamento social entre o intelectual e o proletariado. Assim, concordando com L. E. Wanderley, o intelectual orgânico, "importado" das classes populares, neste caso, o pesquisador, terá que se identificar pela teoria e pela prática com os reais interesses desta classe.

Sobre a concepção da transformação social: conforme Marx e Engels, a autora considera que o universo se encontra em constante processo de mudança, e a transformação social, vista como ruptura nos modos de produção e de troca, é um processo essencialmente histórico. Esta ruptura nos modos de produção e de troca, é um processo essencialmente histórico. Esta ruptura decorre de uma ação política consciente, não espontânea, de lutas entre as classes e se dá quando a classe subalterna desenvolve um processo hegemônico de direção da sociedade e de domínio sobre a classe então dominante. Isto requer que numa ideologia universal sejam observados os seguintes aspectos: a) não ao domínio do objeto sobre o sujeito e vice-versa; b) que teoria e prática não sejam aspectos isolados e o conhecimento não seja um fim em si mesmo, mas, sim, que tenha um caráter prático-social; c) que se considere a ciência como uma realidade histórica — não de todo objetiva nem neutra — mas que apareça sempre revestida por uma ideologia — que seja a união do fato objetivo com a hipótese, ou um sistema de hipóteses, que supera o mero fato objetivo; d) concepção do proletariado unido com as outras classes subalternas para se libertar a si e as outras classes da dominação

e construir uma nova sociedade; e) o homem visto como ser concreto, não isolado, mas como integrante de uma classe social inserida na sociedade; f) que a filosofia não seja exclusividade de uma categoria de cientistas especializados, admitindo-se, conforme Gramsci, a existência de uma "filosofia espontânea" expressa na linguagem, no senso comum, no bom senso, na religião popular e no folclore.

Academicamente, a linha de raciocínio utilizada por da Silva e Silva é irrefutável. Não porque se possa concordar unanimemente acerca dos postulados empregados, mas sim porque ela se baseia em todo um referencial marxista-engeliano-gramsciano que tem sido amplamente analisado e debatido; e a autora está ciente disto. Seria, no mínimo, presunçoso fazer comentários a respeito.

A questão é que ela nos remete ao que fazer com os resultados da pesquisa social e não ao como fazê-la. Por outro lado, o dilema na sociedade brasileira em geral, e na educação em particular, é que ainda não dispomos de volume de informações que nos permita, em muitos casos, um mínimo de esclarecimentos sobre as causas de determinados problemas

básicos: concretamente, quais os fatores intra-escolares que provocam o alto índice de abandono verificado no ensino de 1º grau, e em que medida pode ser eficaz uma ação desencadeada pelos setores públicos neste sentido.

Não temos senão uma visão vaga das causas dos problemas que afligem o ensino brasileiro e, concordando com esta visão, teremos que, com aperfeiçoamento, depositar ainda confiança no instrumental empírico, se bem que a sua fundamentação teórico-filosófica possa ser controvertida.

Aliás, na própria detecção dos fatores causantes dos problemas educacionais acima mencionados, o instrumental empírico soube evoluir, quando necessário, em prol da superação de suas próprias deficiências. Não é por acaso que da antropologia e da sociologia, por exemplo, tomaram-se emprestadas técnicas de levantamento de informações quando a natureza do problema educacional a ser estudado mostrava ser mais de índole qualitativa.

Marilda A. Marfan